Atualidades

“BANCARIZAÇÃO” POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

UINIE CAMINHA

e

ARTHUR FARACHE DE PAIVA

1. Introdução. 2. Evolução do Sistema Financeiro Nacional. 3. Precedentes normativos e marco legal-regulador. 4. Situação atual dos correspondentes no cenário bancário brasileiro. 5. Críticas ao modelo adotado. 6. Conclusão.

Introdução

É certo que o desenvolvimento da sociedade cria para o homem necessidades novas. Como pronunciava o pensador francês Tocqueville,¹ o homem nasce com certas necessidades essenciais e produz outras artificiais. Dentro dessa dinâmica, acaba por tornar-se tão dependente destas, que a partir de um determinado momento, dificilmente consegue isolá-las. Logo, o progresso da civilização não só expõe o homem a muitas novas carências, mas leva, ainda, o ônus à sociedade de tentar aliviar essas carências que outrora ninguém sonharia em satisfazer.

Já na Idade Média começou a se sentir uma dessas novas necessidades: a intermediação financeira. Leo Huberman² res-

saltou a importância dos banqueiros para o comércio e para o cidadão da época. Os senhores feudais, considerados como autoridades máximas de determinada porção de terra, permitiam e regulavam as feiras que aconteciam em seus feudos. Notadamente, não demorou para que vissem também a imprescindibilidade dos serviços dos banqueiros, senão, até aquele momento, apenas como mais uma oportunidade arrecadar tributos.

Após alguns séculos, o sistema financeiro se encontra, hoje, muito desenvolvido, ocupando um lugar de grande importância na sociedade. Tal qual ocorreu na Idade Média, as autoridades, hoje concebidas na forma do Estado, pressionadas pelo mercado, vêm a necessidade de permitir e

1. Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution* (prefácio, notas, cronologia e bibliografia de F. Melónio), Paris, Flammarion, 1988, citado por Ricardo Rodríguez Vélez, *A Democracia Liberal segundo Alexis de Tocqueville*, 1 vol. br., São Paulo, Editora Mandarim, 1998, p. 173.

2. “Esses trocadores de dinheiro representavam parte tão importante da feira que, tal como havia dias especiais dedicados à venda de fazendas e peles, os dias finais da feira eram consagrados a ne-

gócios em dinheiro. As feiras tinham importância não só por causa do comércio, mas porque aí se efetuavam transações financeiras. No centro da feira, na corte para troca de dinheiro, pesavam-se, avaliavam-se e trocavam-se empréstimos, pagavam-se dívidas antigas, letras de crédito e letras de câmbio circulavam livremente. Aí os banqueiros da época efetuavam negócios financeiros de tremendo alcance” (Leo Huberman, *História da Riqueza do Homem*, trad. Waltensir Dutra, 21ª ed., Rio de Janeiro, LTC, 1986, p. 23).

regular meios de acesso ao sistema financeiro para toda a população.

A popularização do acesso ao sistema financeiro, ou a “bancarização” da população, como vem se tornando conhecido o movimento, ocupa posição de destaque entre as preocupações das autoridades monetárias e do Estado Brasileiro de uma forma geral. Acredita-se que, através de políticas governamentais e mudanças regulatórias que incentivem a inclusão bancária, pode-se aumentar o bem-estar social do indivíduo e propiciar um aumento de produtividade na economia.

Esta preocupação vem, de um lado, impulsionada pela atratividade de um grande mercado ainda não explorado e, de outro, pela possibilidade de viabilizar o acesso à economia formal e, com isso, o aumento do controle de movimentações financeiras através de mecanismos bancários pelo Estado.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a contribuição e a eficácia trazida pela regulamentação da atividade de correspondentes bancários no Sistema Financeiro Nacional à inclusão bancária da população. Inicia-se, então, por uma breve contextualização histórica para, em seguida, adentrar na discussão jurídica a respeito do tema.

2. Evolução do

Sistema Financeiro Nacional

No Brasil, até 1994, os bancos trabalhavam eminentemente com operações de curtíssimo prazo³ por causa da elevada inflação, restando pouco espaço para diver-

sificação de produtos e serviços.⁴ O que contribuía para que cerca de 78,5% da população brasileira fosse considerada não-bancarizada,⁵ enquanto que na Holanda este percentual era 24%, 26% nos Estados Unidos e 29% na Coréia.⁶

Com a implantação do Plano Real e a perda da receita inflacionária, o setor bancário experimentou uma crise, ocorrendo, inclusive, alguns casos de falência, derivados exatamente da não adaptação de algumas instituições bancárias à nova realidade da economia. De acordo com dados do próprio IBGE em conjunto com a Associação Nacional das Entidades do Mercado Financeiro – ANDIMA⁷ a receita inflacionária comparada ao Produto Interno Bruto – PIB, caiu de 4% em 1990 para 0,1% em 1995.

Nesse sentido, as instituições bancárias tiveram que adaptar seus modelos, inicialmente com a troca da receita inflacionária pela receita de serviços, que partiu de 8% em 1990, para 10,5% em 1993, chegando a 21,5% em 1995.⁸ Somando-se a este cenário, houve, ainda, a flexibilização das normas de entrada de capital estrangeiro, que se deu no governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

Abriu-se, então, caminho para várias reestruturações societárias, especialmente

4. Leandro Modré, “Um sistema como dita o figurino”, *Revista Valor Financeiro* 5/12.

5. “Não-bancarizada” é considerada a população que não tem acesso aos serviços bancários, desde o conjunto mais completo de produtos e serviços até uma conta poupança. Daniel Venâncio Junior, *O Potencial de Crescimento do Setor Bancário no Brasil*, disponível em <http://www.univap.br/biblioteca/hp/Mono%202001%20Rev/020.pdf> (acesso em 10.6.2006).

6. McKinsey and Company, Inc., *Productivity: the Key to an Accelerated Development Path for Brazil. Retail Banking Sector, Exhibit 5, Banked Population, Comparison*, março de 1998, disponível em <http://www.mckinsey.com/mgi/reports/pdfs/brazil/Banking.pdf> (acessado em 10.7.2006).

7. Andima/IBGE, *Sistema Financeiro – Uma Análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995*, Brasília.

8. Idem, 1997.

3. Utilização de recursos em trânsito na aplicação em títulos públicos. Eram ganhos com o float, obtidos na manutenção no passivo dos bancos de saldos não-remunerados que, aplicados, rendiam, pelo menos, aproximando-se a correção monetária, in Carlos Eduardo Carvalho, *Bancos e Inflação no Brasil: da Crise dos Anos 1980 ao Plano Real*, disponível em http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_56.pdf (acessado em 4.8.2006).

fusões e aquisições, inclusive com a privatização de bancos estaduais. Efeitos que terminaram por diminuir a quantidade de bancos e aumentar a concentração do setor. Consoante dados do Banco Central,⁹ o número de bancos – entre bancos múltiplos, comerciais e caixas econômicas reduziram de 246 em 1994 para 192 em 2000.

No mesmo sentido, o aumento das operações desintermediadas, especialmente por meio de securitizações,¹⁰ fez com que os bancos tivessem que repensar suas funções econômicas e sua estrutura de prestação de serviços.

O ganho de eficiência foi condição de sobrevivência para os bancos naquele período, forçados pela necessidade de diminuição de custos e pela entrada de concorrentes estrangeiros. Destarte, a tecnologia foi grande aliada nesse sentido, com o uso massificado dos Postos de Atendimento Bancário Eletrônicos. O que ocorreu daí por diante, foi a diminuição do número de agências, o que contribuiu ainda mais o baixo índice de abrangência do sistema financeiro.¹¹

Diante do exposto, no ano de 1999, o Conselho Monetário Nacional criou a figura do correspondente bancário pela Resolução 2.640/1999.¹² Inicialmente, o intuito foi

apenas levar serviços financeiros a localidades desatendidas, tendo em seguida sido alargado com a constatação de que a democratização do acesso aos serviços financeiros deveria ser efetivada também em sua dimensão sócio-econômica, ou seja, considerando o atendimento da população de baixa renda, independentemente, da região do país.

Os correspondentes bancários são sociedades contratadas por instituição financeira para prestar serviços financeiros sob a fiscalização e responsabilidade da instituição contratante.

Nos últimos cinco anos, enquanto o número de dependências bancárias permaneceu, praticamente, estabilizado, a quantidade de correspondentes bancários apresentou um crescimento 406% superior ao crescimento das agências, chegando, em 2005, ao número de 69.546 correspondentes, segundo dados do Banco Central.¹³ Note-se que, ao final de 2002, não havia mais nenhum município desassistido de serviços bancários. A quantidade de pagamentos e recebimentos realizados, por meio de correspondentes bancários, no ano de 2005, ultrapassa um bilhão de reais.¹⁴

O uso dos correspondentes bancários como meio de acesso principal ao sistema financeiro chega a 70% no Norte do país,¹⁵ de acordo com pesquisa do Banco Mundial em 2002. Também, conforme esta pesquisa, 57% dos residentes urbanos no Brasil com mais de 18 anos não possuíam conta bancária e 2/3 deles demonstraram interesse em ter. Já em 2003, o IBGE realizou

9. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htmls/Deorf/r199812/Anexl.asp?idpai=revsfnl99812> (acessado em 12.7.2006).

10. Sobre o assunto, cf. Uinie Caminha, *Securitização*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

11. "Ao falarmos em desenvolvimento financeiro, devemos considerar dois conceitos: aprofundamento e alargamento que, nos Estados Unidos, são conhecidos respectivamente por *deepening* e *broadening*. Aprofundamento refere-se ao aumento dos ativos financeiros como percentagem do PIB, enquanto alargamento refere-se ao aumento do número e da variedade de participantes e instrumentos" (Andréa Fernandes Andrezo e Iran Siqueira Lima, *Mercado Financeiro – Aspectos Históricos e Conceituais*, p. 14).

12. Observa-se que a terceirização de serviços bancários já acontecia desde 1979, como será exposto a seguir, mas, de um modo geral, o marco legal-regulador dos correspondentes bancários foi, de fato, a Resolução CMN 2.640/1999.

13. In Sérgio Darcy da Silva Alves e Marden Marques Soares, *Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil: Atuação do Banco Central*, 3ª ed., p. 87, disponível em <http://www.bcb.gov.br/?DEMOCRED> (acessado em 15.7.2006).

14. Idem, p. 74.

15. In Anjali Kumar, *Access to Financial Services in Brazil*, p. 428, disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSVContentServer/1W3P/IB/2004/12/01/000090341_20041201150906/Rendered/PDF/30858.pdf (acessado em 20.7.2006).

pesquisa junto às empresas do setor informal, constatando que 37% dos proprietários de empresas do setor informal usam como meio de acesso ao Sistema Financeiro os correspondentes bancários.¹⁶

Na experiência internacional, se destacam o Japão, França e a Holanda, com modelo parecido de correspondentes bancários adotado pelo Brasil. O La Poste, na França, possui 43 milhões de correntistas e 200 bilhões em depósitos, enquanto o ING Postbank da Holanda possui 8 milhões de correntistas e 22,5 bilhões em depósitos.¹⁷ Os Estados Unidos focaram à margem deste tipo de atendimento bancário, pois somente neste ano por conta de um acordo entre o Citibank e a rede de lojas 7-Eleven, será oferecido serviços financeiros nas 5.500 lojas da rede para os 12 milhões de americanos sem conta bancária.¹⁸

3. Precedentes normativos e marco legal-regulador

Até 1999, havia apenas uma espécie de terceirização de serviços bancários prevista na Carta-Circular 220,¹⁹ do Banco Central, expedida em 15 de outubro de 1973, que permitia a cobrança de títulos e execução, ativa ou passiva, de ordens de pagamento em nome do banco contratante, de modo que vedava expressamente outro tipo de operações e obrigava, apenas, a comunicação ao Banco Central. O acerto financeiro deveria ser feito no máximo

mensalmente, podendo ser convencionado no contrato prazo menor.

Mais tarde, pela Resolução CMN 562/1979,²⁰ possibilitou-se que prestadoras de serviço recebessem pedidos de financiamentos a fim de encaminhá-los às sociedades de crédito, financiamento e investimento, assim como foi permitido também a análise de crédito e de cadastro, cobrança extrajudicial e outros serviços de controle, inclusive processamento de dados. Foi possível também que as sociedades comerciais vendedoras de bens financiados realizassem essa intermediação entre a sua clientela e as financeiras.

Com a Resolução CMN 2.166/1995,²¹ que alterou as normas relativas a financiamentos contratados por intermédio de sociedades prestadoras de serviços, estendeu-se aos bancos múltiplos que possuíssem carteira de crédito, financiamento e investimento a possibilidade prevista para as financeiras pela Resolução CMN 562/1979, sem que, entretanto, fossem alterados os serviços passíveis de execução por meio de correspondentes bancários. A Resolução CMN 2.166/1995 proibia a subcontratação dos serviços contratos por parte dos correspondentes, tendo essa proibição perdurado até a edição da regulamentação atualmente em vigor, no ano de 2003.

Apenas em 1999, por meio da Resolução CMN 2.640, o leque de serviços prestados por sociedades correspondentes foi estendido. A partir de então, os correspondentes bancários poderiam realizar recepção e encaminhamento, não apenas de propostas de financiamentos, mas também de abertura de contas de depósito à vista, a prazo e de poupança, além do recebimento

16. IBGE, Economia Informal Urbana 2003, IBGE, Rio de Janeiro, 2005, p. 33, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf> (acessado em 16.7.2006).

17. In Altamiro Silva Junior, *Brasil Terá 60 mil Correspondentes*, disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Brasil+tera+60+mil+correspondentes.correspondente+%20banc%C3%alrio.,54,3610229.html> (acessado em 18.7.2006).

18. Cynthia Rosenberg, "Banco no varejo para os sem-contas", *Revista Exame*, p. 93.

19. <http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=073000055&C=220&ASS=CIRCULAR+220>.

20. Disponível em <http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=079000106&C=565&ASS=RESOLUCAO+565> (acessado em 18.7.2006).

21. Disponível em <http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=095126021&C=2166&ASS=RESOLUCAO+2.166> (acessado em 18.7.2006).

de valores e pagamentos relativos a essas contas.

Até mesmo aplicações e resgates em fundos de investimento foram permitidas pela nova regulamentação. Todavia, a contratação de correspondentes com poderes para realizar essas novas operações deveriam ser previamente submetidos à autorização do Banco Central.

A Resolução trouxe ainda aspectos relevantes concernentes à própria natureza do correspondente, que não pode ser confundida com a da instituição financeira contratante. Assim, tornaram-se obrigatórias cláusulas nos contratos entre as instituições financeiras e os correspondentes que dispusessem a cerca da total responsabilidade da instituição contratante perante terceiros pelos serviços prestados, permanecendo a vedação em substabelecer o contrato a terceiros, total ou parcialmente.

Ainda com o intuito de coibir o exercício de atividades privativas de instituições financeiras em nome próprio pelos correspondentes, proibiu-se expressamente o adiantamento por conta de recursos a serem liberados pela instituição financeira contratante bem como a emissão, a seu favor, de carnês ou títulos relativos às operações intermediadas e a cobrança, por iniciativa própria, qualquer tarifa relacionada com a prestação dos serviços a que se refere o contrato. Proibiu-se ainda a prestação de qualquer tipo de garantia nas operações a que se refere o contrato de correspondente.

As proibições e exigências legais têm, como principal objetivo, prevenir que os próprios correspondentes começassem a agir como instituições financeiras, e não como meras mandatárias. Assim, como qualquer entidade não financeira, as sociedades contratadas e seus sócios estão sujeitos à legislação que coíbe a prática de atividades privativas de instituições financeiras sem a prévia e competente autorização do Banco Central.²²

Com efeito, a Resolução 2.640/1999 determina que as empresas contratadas para a prestação de serviços de correspondente no país estão sujeitas às penalidades previstas no art. 44, § 7º, da Lei 4.595, de 1964, caso venham a praticar, por sua própria conta e ordem, operações privativas de instituição financeira.

A Resolução sob análise traçou os delineamentos gerais dos correspondentes bancários, que permanecem até hoje como base para o instituto. A regulamentação posterior, com efeito, veio eminentemente para ajustar as regras às necessidades de mercado bem como à regulação do Banco Central do Brasil.

Considera-se como ponto negativo desta resolução, o fato de que os serviços de envio de propostas de abertura de contas, recebimento e pagamentos relativos àquelas, ficaram adstritos aos municípios sem atendimento bancário, conforme o § 3º, art. 1º. Esse dispositivo inviabilizaria a própria consecução do primordial objetivo da legislação acerca dos correspondentes bancários, que seria possibilitar o acesso ao sistema bancário à parcela da população desassistida, especialmente em virtude dos altos custos de instalação de dependências bancárias tradicionais.

A crítica acima apontada, todavia, não tardou em ser atendida. Integrante do Programa Nacional de Desburocratização, a Resolução CMN 2.707/2000,²³ fez uma única, todavia, importante alteração na regulamentação dos correspondentes bancários, qual seja, permitiu o atendimento por meio de correspondentes bancários mesmo onde já existia outro tipo de dependência bancária.

R., tratando acerca do significado de praticar operações financeiras e operar irregularmente instituição financeira.

23. Disponível em <http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=100054612&C=2707&ASS=RESOLUCAO+2.707> (acessado em 20.7.2006).

22. A esse respeito, cf. Comentário basilar do Verçosa in *RDM* 115/142 e ss. a acórdão do TRF-3º

Assim, o próprio legislador entendeu que o real objetivo dos correspondentes bancários deveria ser o de atender a uma gama cada vez maior de desassistidos pelo sistema financeiro pelo oferecimento desse serviço em maior escala, sem a geração do custo de uma dependência para o banco.

É válido ressaltar que a Resolução 2.707/2000 refere-se aos entes contratados para a prestação de serviços de correspondente no país como “empresas”. Note-se que “além de juridicamente imprópria, já causou dúvidas na aplicação da Resolução”.²⁴ Tendo em vista essa dificuldade, Banco Central do Brasil emitiu, em outubro de 2001, uma Carta-Circular, esclarecendo a abrangência do “conceito de empresas” contido na Resolução, em termos bastante generalistas, do que se pode inferir que em princípio, qualquer pessoa jurídica pode ser contratada como correspondente no país, inclusive outras instituições financeiras.

Hoje, os correspondentes bancários são regulados pela Resolução CMN 3.110/2003,²⁵ que revogou a Resolução CMN 2.707/2000, alterada em seguida pela Resolução CMN 3.156/2003.

4. Situação atual dos correspondentes no cenário bancário brasileiro

Atualmente, todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central podem contratar correspondentes bancários. Ao longo da evolução e amadurecimento do instituto, os serviços oferecidos por correspondentes expandiram-se, sendo que se acrescentou, nas mais recentes alterações da regulamentação, o recebimento e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito.

mento de propostas de emissão de cartões de crédito.

Note-se ainda que os serviços notariais e de registros podem, atualmente, ser contratados para as funções de correspondentes bancários. Essa inclusão derivou do pleito das próprias instituições contratantes dos serviços de correspondentes, tendo em vista que os cartórios poderiam, juntamente com o recebimento das propostas e outros documentos, prestar serviços de autenticação e reconhecimento de firma, relevantes para o cumprimento de controles internos necessários às instituições bancárias.

Ainda no intuito de prevenir que os correspondentes bancários atuassem como instituições financeiras por conta própria ou mesmo que se configurassem em verdadeiras agências bancárias, o legislador proibiu, no art. 2º da Resolução 3.110/2003, “a contratação, para a prestação dos serviços referidos no art. 1º, incisos I e II, de empresa cuja atividade principal ou única seja a prestação de serviços de correspondente”. Ressalte-se que essa proibição dá-se também para o eventual substabelecimento, que passou a ser permitido na nova regulamentação, desde que autorizado nas mesmas hipóteses em que o outorgante necessitava de autorização para atuar como correspondente.

Apenas os serviços relacionados com contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança não poderiam ser prestados por correspondentes que tivessem como única ou principal atividade a de correspondente bancário. Com efeito, ao instituir a figura dos correspondentes, o legislador brasileiro claramente pretendeu que essa não fosse a atividade-fim dos contratados.

Da própria idéia do instituto infere-se que as instituições financeiras deveriam contratar estabelecimentos que, por sua natureza, oferecessem fácil acesso ao público, como supermercados e farmácias. A constituição de pessoas jurídicas específicas para a prestação de serviços de correspondente pode ser entendida, muito mais, como uma simples substituição da agência

24. Uinie Caminha, “Correspondentes bancários no Direito brasileiro: conceito e disciplina”, *RDM* 137/143-150.

25. Disponível <http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=103105090&C=3110&ASS=RESOLUCAO+3.110> (acessado em 20.7.2006).

bancária, que demanda investimento e, eventualmente, ajuste de capital, por uma dependência não-bancária que presta os mesmos serviços. O correspondente poderia transformar-se, materialmente, mas não formalmente, em uma agência.

5. Críticas ao modelo adotado

Mesmo tendo como escopo maior a inclusão bancária da parcela da população de outra forma desassistida de serviços bancários, observam-se algumas críticas setoriais ao modelo de correspondentes bancários. Dentre elas, destacam-se algumas feitas pelos Sindicatos dos Bancários do Estado de São Paulo²⁶ e pela ANDIF²⁷ que, agrupadas segundo o objeto da crítica, são resumidas a seguir.

Com relação aos direitos do consumidor, alega-se que, por um lado, a segurança nos estabelecimentos de correspondentes bancários é bem precária em comparação com as agências bancárias. Por outro, podem ser consideradas ações discriminatórias quando algumas instituições financeiras orientam seus clientes a procederem a operações simples, como por exemplo, pagamento de contas, somente, por meio de correspondentes bancários.

No que se refere a direitos trabalhistas, ainda há discussões acerca de eventual equiparação dos funcionários de correspondentes à categoria dos bancários, incorporando-se, assim, todos os benefícios dos quais esses trabalhadores desfrutam segundo a legislação específica. Alegam, os defensores dessa tese, que os empregados dos correspondentes desempenhariam funções similares às dos bancários, como, por exemplo, operação de caixa, sem, contudo, con-

tar com regime próprio nem representação sindical adequada.

Ainda que se possa entender que o ingresso no sistema financeiro traga benefícios tanto ao indivíduo quanto para a economia de maneira geral, há ainda um aspecto a ser considerado: pessoas de baixa renda ingressam no Sistema Financeiro sem se dar conta de que isso acarreta mais gastos e obrigações jurídicas difíceis de serem entendidas por pessoas sem educação formal.

A excessiva oferta de crédito dos dias atuais corrobora esse entendimento, pois se tem tornado comum a concessão de crédito sem critérios mais rígidos e, por outro lado, o consumidor despreparado, compromete uma parcela incompatível de sua renda.

6. Conclusão

É certo que o mecanismo de atendimento bancário por meio de correspondente, é um importante instrumento para democratização e desconcentração dos serviços financeiros, considerando os aspectos físicos, populacionais e econômicos do país. Pode-se mesmo entender que represente a mais promissora forma de se melhorar a oferta de serviços financeiros para as populações com baixo IDH.

O acesso a serviços bancários básicos deve mesmo ser considerado como primordial à inclusão econômica e à satisfação de necessidades, hoje, consideradas essenciais aos indivíduos. Além disso, os serviços bancários facilitam a inserção no mercado, fomenta a formalidade, torna disponível o crédito de consumo e de investimento, serviços de pagamento e cobrança seguros, além de contribuir para eliminar a agiotagem.

Mesmo considerando as críticas apresentadas por alguns setores, considera-se o resultado do sistema de correspondentes no país positivo. O atingimento do resultado almejado com a criação dos correspondentes bancários pode ser constatado por meio

26. Disponível em <http://www.spbancarios.com.br/spb/noticia.asp?c=2132> e <http://www.spbancarios.com.br/spb/noticia.asp?c=2118> (acessados em 20.7.2006).

27. Associação Nacional de Defesa dos Consumidores do Sistema Financeiro, disponível http://www.andif.com.br/news_inclusao_bancaria.htm (acessado em 20.7.2006).

de números apresentados pelo próprio Banco Central do Brasil.

Com efeito, entre 2000 e 2005, enquanto o número de agências bancárias subiu menos de 7% (de 16.396 em 2000 para 17.515 em 2005), o número de correspondentes no país cresceu mais de 400% (de 13.731 em 2000 para 69.546 em 2005).²⁸ Ainda segundo dados do Banco Central, enquanto em 1999 havia mais de 1.500 municípios brasileiros desassistidos do ponto de vista bancário, esse número caiu a zero de 2002, também, dentre outras iniciativas, pelo uso de correspondentes.

Outros dados expressivos foram colhidos em pesquisa do Banco Mundial:²⁹ exceto na região sudeste do país, os brasileiros usam principalmente correspondentes bancários para serviços bancários, sendo que, mesmo nos estados do sudeste, o número de pessoas que se utilizam primordialmente de outras dependências bancárias é muito próximo daqueles que preferem os correspondentes.

Em vista do exposto, pode-se concluir que os correspondentes bancários representaram um grande avanço no sistema bancário brasileiro uma vez que expandiram consideravelmente a oferta dos serviços bancários básicos, inclusive relativos a investimento e crédito, sem que, para isso, se onerasse de maneira efetiva o setor público ou os próprios bancos.

Referências

ALVES, Sérgio Darcy da Silva, e SOARES, Marden Marques. *Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil: Atuação do Banco Central*. 3ª ed., rev. e ampl.,

28. Dados disponíveis em <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Dadosdosetor/2006/item02.asp> (acessado em 13.4.2006).

29. In Anjali Kumar, *Access to Financial Services in Brazil*, cit., p. 428, disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/1W3P/IB/2004/12/01/000090341_20041201150906/Rendered/PDF/30858.pdf (acessado em 20.7.2006).

Brasília, BCB, 2006, p. 74. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?DEMOCRED> (acessado em 15.7.2006).

- ANDREZO, Andréa Fernandes, e LIMA, Iran Siqueira. *Mercado Financeiro: Aspectos Históricos e Conceituais*. São Paulo, Pioneira, 1999.
- BELAISCH, A. "Do Brazilian banks compete?", *IMF Working Paper*, WP/03/113, maio de 2003.
- CAMINHA, Uinie. "Correspondentes bancários no Direito Brasileiro: conceito e disciplina", in *RDM* 137/143-150, São Paulo.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. *Bancos e Inflação no Brasil: da Crise dos Anos 1980 ao Plano Real*. Disponível em http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_56.pdf (acessado em 4.8.2006).
- CARVALHO, F. J. C. "New competitive strategies of foreign banks in large emerging economies: the case of Brazil", *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, 213, junho de 2000.
- _____. "The recent expansion of foreign banks in Brazil: first results", *Latin American Business Review*, 3 (4), 2002b.
- CORAZZA, Gentil. "Crise e reestruturação bancária no Brasil", *Revista Análise*, v. 12, n. 2, Porto Alegre, pp. 21-42, 2001.
- DE PAULA, L. F. *A Recente Onda de Bancos Europeus no Brasil: Determinantes e Impactos*. Oxford, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2001.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Traduzido por Waltensir Dutra, 21ª ed., Rio de Janeiro, LTC Editora, 1986.
- IBGE/ANDIMA. *Sistema Financeiro – Uma Análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995*. Rio de Janeiro, 1997.
- KUMAR, Anjali (org.). *Access to Financial Services in Brazil*. World Bank, USA, 2004, p. 428. Disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/1W3P/IB/2004/12/01/000090341_20041201150906/Rendered/PDF/30858.pdf (acessado em 10.7.2006).
- MODRÉ, Leandro. "Um sistema como dita o figurino", *Revista Valor Financeiro* 5, São Paulo, Valor Econômico, ano 5, junho de 2006.

ROSENBERG, Cynthia. "Banco no varejo para os sem-contas", *Revista Exame*, n. 12, ed. 870, São Paulo, Abril, ano 40, de 21.6.2006.

SILVA JUNIOR, Altamiro. *Brasil terá 60 mil correspondentes*. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Brasil+tera+60+mil>

+correspondentes,correspondente%20banc%3%alrio,,54,3610229.html (acessado em 18.7.2006).

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. "O significado da expressão 'operar instituição financeira' constante do art. 16 da lei dos 'crimes do colarinho branco'", *RDM* 115/142-170, São Paulo.